



BOLETIM OFICIAL de São Francisco do Sul

Edição 437

São Francisco do Sul, 02 de dezembro de 2016

Assessoria de Comunicação

Boletim Oficial

LEIS

LEI Nº 1.837, DE 8 DE NOVEMBRO DE 2016.

AUTORIZA A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL AO ORÇAMENTO DO CORRENTE EXERCÍCIO E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de São Francisco do Sul, no uso de suas atribuições, faz saber que a Câmara de Vereadores de São Francisco do Sul aprovou, e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir crédito adicional no valor de R\$ 45.500,00 (quarenta e cinco mil e quinhentos Reais), ao orçamento do corrente exercício, de conformidade com a Lei Municipal nº 1.785, de 18 de dezembro de 2015, que aprovou o orçamento para o exercício de 2016 e suas alterações, combinado com o inciso III, § 1º, do art. 43, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1.964, na seguinte dotação orçamentária:

13.00 – SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E PESCA
13.01 – GERÊNCIA DE AGRICULTURA
2019 – Manutenção das Atividades Operacionais da gerência de Agricultura
3000000.000 – Despesas Corrente
3300000.000 – Outras Despesas Correntes
3390000.000 – Aplicações Diretas
Vínculo de Recurso – 10000 – Recursos Ordinários.....R\$ 45.500,00

TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO.....R\$ 45.500,00

Art. 2º Como fonte de recursos para abertura do Crédito Adicional que trata o art. 1º, desta Lei, será utilizado o recurso proveniente de anulação das seguintes dotações orçamentárias:

13.00 – SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E PESCA
13.03 – GERÊNCIA DE ADMINISTRAÇÃO REGIONAL
1016 – Obras de Construção e Reforma – Secretaria de Agricultura e Pesca
4000000.000 – Despesas de Capital
440000.000 – Investimentos
4490000.000 – Aplicações Diretas
Vínculo de Recurso – 10000 – Recursos Ordinários.....R\$ 30.500,00

13.00 – SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E PESCA
13.01 – GERÊNCIA DE AGRICULTURA
2020 – Manutenção das Atividades Operacionais da Gerência de Pesca
3000000.000 – Despesas Corrente
3300000.000 – Outras Despesas Correntes
3350000.000 – Transferência a Instituições Privadas s/ fins lucrativos
Vínculo de Recurso – 10000 – Recursos Ordinários.....R\$ 15.000,00

TOTAL DA ANULAÇÃO.....R\$ 45.500,00

Art. 3º A Lei de Diretrizes Orçamentárias e o Plano Plurianual passam a incorporar as alterações constantes desta Lei, em conformidade com o § 1º do Art. 3º c/c o art. 7º, da Lei 1.539, de 5 de agosto de 2013.

Parágrafo único. De acordo com o disposto no caput deste artigo, fica o Poder Executivo autorizado a adequar as metas das ações orçamentárias para compatibilizá-las com as alterações de valor ou com outras modificações efetivadas na Lei Orçamentária Anual.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 5º Ficam revogadas as disposições em contrário.

São Francisco do Sul – SC, 8 de novembro de 2016.

LUIZ ROBERTO DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

PAULO CÉZAR RAMOS
Secretário Municipal de Agricultura e Pesca

LEI Nº 1.841, DE 18 DE NOVEMBRO DE 2016.

AUTORIZA A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL AO ORÇAMENTO DO CORRENTE EXERCÍCIO E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de São Francisco do Sul, no uso de suas atribuições, faz saber que a Câmara de Vereadores de São Francisco do Sul aprovou, e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir crédito adicional no valor de R\$ 148.432,00 (cento e quarenta e oito mil, quatrocentos e trinta e dois Reais), ao orçamento do corrente exercício, de conformidade com a Lei Municipal nº 1.785, de 18 de dezembro de 2015, que aprovou o orçamento para o exercício de 2016 e suas alterações, combinado com o inciso III, § 1º, do art. 43, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1.964, na seguinte dotação orçamentária:

14.00 – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA
14.02 – GERÊNCIA DE ADMINISTRAÇÃO E CONTROLE
2031 – Auxílio ao Ensino Superior
3000000.000 – Despesas Corrente
3300000.000 – Outras Despesas Correntes
3350000.000 – Transferências a instituições privadas s/ fins lucrativos
Vínculo de Recurso – 13902 – Fundo Esp. de Petróleo – Lei nº 9.478/97.....R\$ 148.432,00

TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO.....R\$ 148.432,00

Art. 2º Como fonte de recursos para abertura do Crédito Adicional que trata o art. 1º, desta Lei, será utilizado o recurso proveniente de anulação parcial da seguinte dotação orçamentária:

14.00 – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA
14.01 – GERÊNCIA DE ENSINO
2024 – Aquisição e Distribuição de Merenda Escolar
3000000.000 – Despesas Corrente
3300000.000 – Outras Despesas Correntes
3390000.000 – Aplicações diretas
Vínculo de Recurso – 13902 – Fundo Esp. de Petróleo – Lei nº 9.478/97.....R\$ 148.432,00

TOTAL DA ANULAÇÃO.....R\$ 148.432,00

Art. 3º A Lei de Diretrizes Orçamentárias passa a incorporar as alterações constantes desta Lei, em conformidade com o § 1º do Art. 3º c/c o art. 7º, da Lei 1.539, de 5 de agosto de 2013.

Parágrafo único. De acordo com o disposto no caput deste artigo, fica o Poder Executivo autorizado a adequar as metas das ações orçamentárias para compatibilizá-las com as alterações de valor ou com outras modificações efetivadas na Lei Orçamentária Anual.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 5º Ficam revogadas as disposições em contrário.

São Francisco do Sul – SC, 18 de novembro de 2016.

LUIZ ROBERTO DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

MARA LÚCIA MOREIRA JASPER
Secretário Municipal de Educação

LEI Nº 1842/2016

DISPÕE SOBRE O PLANO MUNICIPAL DE GERENCIAMENTO INTEGRADO DOS RESÍDUOS SÓLIDOS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O VICE-PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO FRANCISCO DO SUL, em acordo com os arts. 30, II e 46, § 8º da Lei Orgânica municipal e art. 43, II do Regimento Interno, faz saber que a Câmara aprovou e ele promulga a seguinte Lei:

TÍTULO I DISPOSIÇÕES GERAIS

CAPÍTULO I DO OBJETO E DO CAMPO DE APLICAÇÃO

Art. 1º Esta Lei institui o Plano Municipal de Resíduos Sólidos, dispondo sobre seus princípios, objetivos e instrumentos, bem como sobre as diretrizes relativas à gestão integrada e ao gerenciamento de resíduos sólidos, incluído os perigosos, as responsabilidades dos geradores e do poder público e aos instrumentos econômicos aplicáveis.

§ 1º Estão sujeitas à observância desta Lei as pessoas físicas ou jurídicas, de direito público ou privado, responsáveis, direta ou indiretamente, pela geração de resíduos sólidos e as que desenvolvam ações relacionadas à gestão integrada ou ao gerenciamento de resíduos sólidos.

§ 2º Esta Lei não se aplica aos rejeitos radioativos, que são regulados por legislação específica.

Art. 2º Aplicam-se aos resíduos sólidos, além do disposto nesta Lei, as Leis 12.305, de 2 de Agosto de 2010, 11.445, de 5 de janeiro de 2007, 9.974, de 6 de junho de 2000, e 9.966, de 28 de abril de 2000, 6.938 de 31 de Agosto de 1981, pertinentes aos Municípios.

CAPÍTULO II DEFINIÇÕES

Art. 3º Para os efeitos desta Lei entende-se por:

I - acordo setorial: ato de natureza contratual firmado entre o poder público e fabricantes, importadores, distribuidores ou comerciantes, tendo em vista a implantação da responsabilidade compartilhada pelo ciclo de vida do produto;

II - área contaminada: local onde há contaminação causada pela disposição, regular ou irregular, de quaisquer substâncias ou resíduos;

III - área grá contaminada: área contaminada cujos responsáveis pela disposição não sejam identificáveis ou individualizáveis;

IV - ciclo de vida do produto: série de etapas que envolvem o desenvolvimento do produto, a obtenção de matérias-primas e insumos, o processo produtivo, o consumo e a disposição final;

V - coleta seletiva: coleta de resíduos sólidos previamente segregados conforme sua constituição ou composição;

VI - controle social: conjunto de mecanismos e procedimentos que garantam à sociedade informações e participação nos processos de formulação, implementação e avaliação das políticas públicas relacionadas aos resíduos sólidos;

VII - destinação final ambientalmente adequada: destinação de resíduos que inclui a reutilização, a reciclagem, a compostagem, a recuperação e o aproveitamento energético ou outras destinações admitidas pelos órgãos competentes do SISNAMA, do SNVS e do SUASA, entre elas a disposição final, observando normas operacionais específicas de modo a evitar danos ou riscos à saúde pública e à segurança e a minimizar os impactos ambientais adversos;

VIII - disposição final ambientalmente adequada: distribuição ordenada de rejeitos em aterros sanitários, observando normas operacionais específicas de modo a evitar danos ou riscos à saúde pública e à segurança e a minimizar os impactos ambientais adversos;

IX - geradores de resíduos sólidos: pessoas físicas ou jurídicas, de direito público ou privado, que geram resíduos sólidos por meio de suas atividades, nelas incluído o consumo;

X - gerenciamento de resíduos sólidos: conjunto de ações exercidas, direta ou indiretamente, nas etapas de coleta, transporte, transbordo, tratamento e destinação final ambientalmente adequada dos resíduos sólidos e disposição final ambientalmente adequada dos rejeitos, de acordo com plano municipal de gestão integrada de resíduos sólidos ou com plano de gerenciamento de resíduos sólidos, exigidos na forma desta Lei;

XI - gestão integrada de resíduos sólidos: conjunto de ações voltadas para a busca de soluções para os resíduos sólidos, de forma a considerar as dimensões política, econômica, ambiental, cultural e social, com controle social e sob a premissa do desenvolvimento sustentável;

XII - logística reversa: instrumento de desenvolvimento econômico e social caracterizado por um conjunto de ações, procedimentos e meios destinados a viabilizar a coleta e a restituição dos resíduos sólidos ao setor empresarial,

para reaproveitamento, em seu ciclo ou em outros ciclos produtivos, ou outra destinação final ambientalmente adequada;

XIII - padrões sustentáveis de produção e consumo: produção e consumo de bens e serviços de forma a atender as necessidades das atuais gerações e permitir melhores condições de vida, sem comprometer a qualidade ambiental e o atendimento das necessidades das gerações futuras;

XIV - reciclagem: processo de transformação dos resíduos sólidos que envolve a alteração de suas propriedades físicas, físico-químicas ou biológicas, com vistas à transformação em insumos ou novos produtos, observadas as condições e os padrões estabelecidos pelos órgãos competentes do SISNAMA e, se couber, do SNVS e do SUASA;

XV - rejeitos: resíduos sólidos que, depois de esgotadas todas as possibilidades de tratamento e recuperação por processos tecnológicos disponíveis e economicamente viáveis, não apresentem outra possibilidade que não a disposição final ambientalmente adequada;

XVI - resíduos sólidos: material, substância, objeto ou bem descartado resultante de atividades humanas em sociedade, a cuja destinação final se procede, se propõe proceder ou se está obrigado a proceder, nos estados sólido ou semissólido, bem como gases contidos em recipientes e líquidos cujas particularidades tornem inviável o seu lançamento na rede pública de esgotos ou em corpos d'água, ou exijam para isso soluções técnicas ou economicamente inviáveis em face da melhor tecnologia disponível;

XVII - responsabilidade compartilhada pelo ciclo de vida dos produtos: conjunto de atribuições individualizadas e encadeadas dos fabricantes, importadores, distribuidores e comerciantes, dos consumidores e dos titulares dos serviços públicos de limpeza urbana e de manejo dos resíduos sólidos, para minimizar o volume de resíduos sólidos e rejeitos gerados, bem como para reduzir os impactos causados à saúde humana e à qualidade ambiental decorrentes do ciclo de vida dos produtos, nos termos desta Lei;

XVIII - reutilização: processo de aproveitamento dos resíduos sólidos sem sua transformação biológica, física ou físico-química, observadas as condições e os padrões estabelecidos pelos órgãos competentes do SISNAMA e, se couber, do SNVS e do SUASA.

TÍTULO II DO PLANO MUNICIPAL DE RESÍDUOS SÓLIDOS

CAPÍTULO I DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 4º O Plano Municipal de Resíduos Sólidos de São Francisco do Sul reúne o conjunto de princípios, objetivos, instrumentos, diretrizes, metas e ações adotados pelo Município isoladamente ou em regime de cooperação com Estado, Governo Federal ou particular, com vistas à gestão integrada e ao gerenciamento ambientalmente adequado dos resíduos sólidos.

Art. 5º O Plano Municipal de Resíduos Sólidos articula-se com o Plano Municipal de Educação Ambiental.

CAPÍTULO II DOS PRINCÍPIOS E OBJETIVOS

Art. 6º São princípios do Plano Municipal de Resíduos Sólidos:

I - a prevenção e a precaução;

II - o poluidor-pagador;

III - a visão sistêmica, na gestão dos resíduos sólidos, que considere as variáveis ambiental, social, cultural, econômica, tecnológica e de saúde pública;

IV - o desenvolvimento sustentável;

V - a eco eficiência, mediante a compatibilização entre o fornecimento, a preços competitivos, de bens e serviços qualificados que satisficam as necessidades humanas e tragam qualidade de vida e a redução do impacto ambiental e do consumo de recursos naturais a um nível, no mínimo, equivalente à capacidade de sustentação estimada do planeta;

VI - a cooperação entre as diferentes esferas do poder público, o setor empresarial e demais segmentos da sociedade;

VII - a responsabilidade compartilhada pelo ciclo de vida dos produtos;

VIII - o reconhecimento do resíduo sólido reutilizável e reciclável como um bem econômico e de valor social, gerador de trabalho e renda e promotor de cidadania;

IX - o respeito às diversidades locais e regionais;

X - o direito da sociedade à informação e ao controle social;

XI - a razoabilidade e a proporcionalidade.

Art. 7º São objetivos do Plano Municipal de Resíduos Sólidos:

I - proteção da saúde pública e da qualidade ambiental;

II - não geração, redução, reutilização, reciclagem e tratamento dos resíduos sólidos, bem como disposição final ambientalmente adequada dos rejeitos;

III - estímulo à adoção de padrões sustentáveis de produção e consumo de bens e serviços;

IV - adoção, desenvolvimento e aprimoramento de tecnologias limpas como forma de minimizar impactos ambientais;

V - redução do volume e destinação adequada aos resíduos perigosos;

VI - incentivo à indústria da reciclagem, tendo em vista fomentar o uso de matérias primas e insumos derivados de materiais recicláveis e reciclados;

VII - gestão integrada de resíduos sólidos;

VIII - articulação entre as diferentes esferas do poder público, e destas com o setor empresarial, com vistas à cooperação técnica e financeira para a gestão integrada de resíduos sólidos;

IX - capacitação técnica continuada na área de resíduos sólidos;

X - regularidade, continuidade, funcionalidade e universalização da prestação dos serviços públicos de limpeza urbana e de manejo de resíduos sólidos, com adoção de mecanismos gerenciais e econômicos que assegurem a recuperação dos custos dos serviços prestados, como forma de garantir a sustentabilidade operacional e financeira, observada a Lei Federal nº 11.445, de 2007;

XI - prioridade, nas aquisições e contratações governamentais, para:

a) produtos reciclados e recicláveis;

b) bens, serviços e obras que considerem critérios compatíveis com padrões de consumo social e ambientalmente sustentáveis;

XII - integração dos catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis nas ações que envolvam a responsabilidade compartilhada pelo ciclo de vida dos produtos;

XIII - estímulo à implementação da avaliação do ciclo de vida do produto;

XIV - incentivo ao desenvolvimento de sistemas de gestão ambiental e empresarial voltados para a melhoria dos processos produtivos e ao reaproveitamento dos resíduos sólidos, incluídos a recuperação e o aproveitamento energético;

XV - estímulo à rotulagem ambiental e ao consumo sustentável;

XVI - promover educação ambiental junto à sociedade por meio de campanhas de sensibilização e aprendizagem, objetivando o seu compromisso e responsabilidade na preservação ambiental e sustentabilidade.

CAPÍTULO III
DOS INSTRUMENTOS

Art. 8º São instrumentos do Plano Municipal de Resíduos Sólidos, entre outros, aqueles elencados no art. 8º da Lei Federal nº 12.305/2012, e:

I – o Conselho e o Fundo Municipal de Meio Ambiente;

II – o Cadastro Municipal de Geradores de Resíduos Sólidos.

TÍTULO III
DAS DIRETRIZES APLICÁVEIS AOS RESÍDUOS SÓLIDOS

CAPÍTULO I
DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 9º Na gestão e gerenciamento de resíduos sólidos, deve ser observada a seguinte ordem de prioridade: não geração, redução, reutilização, reciclagem, tratamento dos resíduos sólidos e disposição final ambientalmente adequada dos rejeitos.

§ 1º Poderão ser utilizadas tecnologias visando à recuperação energética dos resíduos sólidos urbanos, desde que tenha sido comprovada sua viabilidade técnica, econômica e ambiental e com a implantação de programa de monitoramento de emissão de gases tóxicos aprovado pelos órgãos ambientais competentes do Município, do Estado e da União.

§ 2º O Plano Municipal de Resíduos Sólidos deverá ser compatível com o disposto no caput e no § 1º deste artigo e com as demais diretrizes estabelecidas nesta Lei.

Art. 10. Incumbe ao Município a gestão integrada dos resíduos sólidos gerados no respectivo território, sem prejuízo das competências de controle e fiscalização dos órgãos federais e estaduais do SISNAMA, do SNVS e do SUASA.

Art. 11. Observando as diretrizes e demais determinações estabelecidas nesta lei e em seu regulamento, incumbe aos órgãos Municipais da Administração Pública Municipal:

I – Promover a integração dos Órgãos, na organização e na execução das funções públicas e de interesse comum relacionadas à gestão dos resíduos sólidos;

II – Controlar e fiscalizar as atividades dos geradores sujeitas a licenciamento Ambiental pelo órgão Municipal;

III – Apoiar e priorizar as iniciativas de soluções consorciadas ou compartilhadas entre 2 (dois) ou mais municípios;

IV - O poder Público Municipal organizará e manterá de forma conjunta com a União e o Estado, o Sistema Municipal de Informações sobre a Gestão dos Resíduos Sólidos (SISMIR) articulando com os sistemas estadual e Federal.

Art. 12. Para os efeitos desta Lei, os resíduos sólidos têm a seguinte classificação:

I - quanto à origem:

a) resíduos domiciliares: os originários de atividades domésticas em residências urbanas;

b) resíduos de limpeza urbana: os originários da varrição, limpeza de logradouros, vias públicas, praias e faixas de areias e outros serviços de limpeza urbana;

c) resíduos sólidos urbanos: os englobados nas alíneas "a" e "b";

d) resíduos de estabelecimentos comerciais e prestadores de serviços: os gerados nessas atividades, excetuados os referidos nas alíneas "b", "e", "g", "h" e "j";

e) resíduos dos serviços públicos de saneamento básico: os gerados nessas atividades, excetuados os referidos na alínea "c";

f) resíduos industriais: os gerados nos processos produtivos e instalações industriais;

g) resíduos de serviços de saúde: os gerados nos serviços de saúde, conforme definido em regulamento ou em normas estabelecidas pelos órgãos do SISNAMA e do SNVS;

h) resíduos da construção civil: os gerados nas construções, reformas, reparos e demolições de obras de construção civil, incluídos os resultantes da preparação e escavação de terrenos para obras civis;

i) resíduos agrossilvopastoris: os gerados nas atividades agropecuárias e silviculturais, incluídos os relacionados a insumos utilizados nessas atividades;

j) resíduos de serviços de transportes: os originários de portos, aeroportos, terminais alfandegários, rodoviários e ferroviários e passagens de fronteira;

k) resíduos de mineração: os gerados na atividade de pesquisa, extração ou beneficiamento de minérios;

l) resíduos de pesca e aquicultura continental e marinha: os originários das atividades pesqueira e de cultivo de organismos aquáticos, como o camarão, o mexilhão e a ostra.

II - quanto à periculosidade:

a) resíduos perigosos: aqueles que, em razão de suas características de inflamabilidade, corrosividade, reatividade, toxicidade, patogenicidade, carcinogenicidade, teratogenicidade e mutagenicidade,

apresentam significativo risco à saúde pública ou à qualidade ambiental, de acordo com lei, regulamento ou norma técnica;

b) resíduos não perigosos: aqueles não enquadrados na alínea "a".

Parágrafo único. Respeitado o disposto no art. 15, os resíduos referidos na alínea "d" do inciso I do caput, se caracterizados como não perigosos, podem, em razão de sua natureza, composição ou volume, ser equiparados aos resíduos domiciliares pelo poder público municipal.

CAPÍTULO II
DOS PLANOS DE GERENCIAMENTO DE RESÍDUOS SÓLIDOS

Disposições Gerais

Art. 13. Estão sujeitos à elaboração de plano de gerenciamento de resíduos sólidos:

I – a Prefeitura Municipal (administração, secretarias, unidades de saúde, escolas, creches e outras unidades da administração direta e indireta);

II - Estabelecimentos comerciais e de prestação de serviços que gerem:

a) Resíduos perigosos à saúde pública ou à qualidade ambiental;

b) Resíduos de construção civil para atividades sujeitas a licenciamento ambiental;

c) Resíduos de serviços de transportes: os originários de portos, aeroportos, terminais alfandegários, rodoviários e ferroviários e passagens de fronteira e as empresas de transporte;

d) Resíduos gerados nos processos produtivos e instalações industriais;

e) Resíduos gerados nos serviços de saúde, conforme definido em regulamento ou em normas estabelecidas pelos órgãos do Sisnama e do SNVS;

f) Resíduos gerados na atividade de pesquisa, extração ou beneficiamento de minérios;

III - As empresas transportadoras de resíduos sólidos;

IV - Todos geradores de resíduos sólidos de natureza, composição ou volume, que não sejam equiparados aos resíduos domiciliares;

V - Os responsáveis por atividades agrossilvopastoris, se exigido pelo órgão competente do Município, do Estado e do SISNAMA, do SNVS ou do SUASA;

VI – Todos os geradores de resíduos da atividade pesqueira e da aquicultura continental e marinha.

Art. 14. Os planos de gerenciamento de resíduos sólidos têm o seguinte conteúdo mínimo:

I - descrição do empreendimento ou atividade;

II - diagnóstico dos resíduos sólidos gerados ou administrados, contendo a origem, o volume e a caracterização dos resíduos, incluindo os passivos ambientais a eles relacionados;

III - observadas as normas estabelecidas pelos órgãos do SISNAMA, do SNVS, do SUASA e do plano municipal de gestão integrada de resíduos sólidos:

a) explicitação dos responsáveis por cada etapa do gerenciamento de resíduos sólidos;

b) definição dos procedimentos operacionais relativos às etapas do gerenciamento de resíduos sólidos sob responsabilidade do gerador;

IV - identificação das soluções consorciadas ou compartilhadas com outros geradores;

V - ações preventivas e corretivas a serem executadas em situações de gerenciamento incorreto ou acidentais;

VI - metas e procedimentos relacionados à minimização da geração de resíduos sólidos e, observadas as normas estabelecidas pelos órgãos do Município, SISNAMA, do SNVS e do SUASA, à reutilização e reciclagem;

VII - se couber, ações relativas à responsabilidade compartilhada pelo ciclo de vida dos produtos, na forma do art. 26;

VIII - medidas saneadoras dos passivos ambientais relacionados aos resíduos sólidos;

IX - periodicidade de sua revisão, observado, se couber, o prazo de vigência da respectiva licença de operação a cargo dos órgãos do SISNAMA.

§ 1º O plano de gerenciamento de resíduos sólidos atenderá ao disposto no plano municipal de gestão integrada de resíduos sólidos do Município e outros dispositivos legais municipais vigentes, sem prejuízo das normas estabelecidas pelos órgãos do SISNAMA, do SNVS e do SUASA.

§ 2º Serão estabelecidos em regulamento:

I - normas sobre a exigibilidade e o conteúdo do plano de gerenciamento de resíduos sólidos relativo à atuação de cooperativas ou de outras formas de associação de catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis;

II - critérios e procedimentos simplificados para apresentação dos planos de gerenciamento de resíduos sólidos para microempresas e empresas de pequeno porte, assim consideradas as definidas nos incisos I e II do art. 3º da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, desde que as atividades por elas desenvolvidas não gerem resíduos perigosos.

Art. 15. Para a elaboração, implementação, operacionalização e monitoramento de todas as etapas do plano de gerenciamento de resíduos sólidos, nelas incluído o controle da disposição final ambientalmente adequada dos rejeitos, será designado responsável técnico devidamente habilitado.

Art. 16. Os responsáveis por plano de gerenciamento de resíduos sólidos manterão atualizadas e disponíveis ao órgão municipal competente, ao órgão licenciador do SISNAMA e a outras autoridades, informações completas sobre a implementação e a operacionalização do plano sob sua responsabilidade.

Art. 17. O plano de gerenciamento de resíduos sólidos é parte integrante do processo de licenciamento ambiental do empreendimento ou atividade sendo realizado pelo órgão competente do Município, Estado ou do SISNAMA.

Parágrafo único. Nos empreendimentos e atividades não sujeitas a licenciamento ambiental, a aprovação do plano de gerenciamento de resíduos sólidos cabe à Secretaria Municipal de Meio Ambiente.

CAPÍTULO III
DAS RESPONSABILIDADES DOS GERADORES E DO PODER PÚBLICO

Seção I
Disposições Gerais

Art. 18. O poder público, o setor empresarial e a coletividade são responsáveis pela efetividade das ações voltadas para assegurar a observância do Plano Municipal de Resíduos Sólidos e das diretrizes e demais determinações estabelecidas nesta Lei e em seu regulamento.

Art. 19. O titular dos serviços públicos de limpeza urbana e de manejo de

resíduos sólidos é responsável pela organização e prestação direta ou indireta desses serviços, observados o respectivo plano municipal de gestão integrada de resíduos sólidos, as Leis nº 11.445, de 2007 e 12.305, de 2010, e as disposições desta Lei.

Art. 20. As pessoas físicas ou jurídicas referidas no art. 13 são responsáveis pela implementação e operacionalização integral do plano de gerenciamento de resíduos sólidos aprovado pelo órgão competente na forma do art. 16.

Parágrafo único. A contratação de serviços de coleta, armazenamento, transporte, transbordo, tratamento ou destinação final de resíduos sólidos, ou de disposição final de rejeitos, não isenta as pessoas físicas ou jurídicas da responsabilidade por danos que vierem a ser provocados pelo gerenciamento inadequado dos respectivos resíduos ou rejeitos.

Art. 21. O gerador de resíduos sólidos domiciliares tem cessada sua responsabilidade pelos resíduos com a disponibilização adequada para a coleta ou devolução, conforme regulamento.

Art. 22. Cabe ao poder público atuar, sob pena de omissão, subsidiariamente, com vistas a minimizar ou cessar o dano, logo que tome conhecimento de evento lesivo ao meio ambiente ou à saúde pública relacionado ao gerenciamento de resíduos sólidos, conforme regulamentação.

Art. 23. Todos os geradores de resíduos sólidos deverão ter como objetivo a não geração de resíduo e a sua redução, a segregação na fonte geradora nas tipologias de resíduos orgânicos, recicláveis e rejeitos, promovendo o adequado acondicionamento, prioritariamente destinando os resíduos gerados o retorno ao ciclo produtivo, por meio da respectiva destinação à compostagem, à reutilização ou reciclagem, além da destinação final adequada, dentro dos padrões estabelecidos pela legislação e normas técnicas.

Parágrafo único. Os resíduos orgânicos devem ser segregados diretamente na fonte geradora, dos demais resíduos recicláveis e rejeitos, de maneira a permitir a compostagem do orgânico e a minimização da geração de rejeitos.

Art. 24. O serviço público de coleta seletiva estará disponível a todos os pequenos geradores de resíduos sólidos urbanos ou domiciliares, mediante o pagamento da Taxa Municipal de Resíduos Sólidos, prevista no art. 347 do Código Tributário Municipal.

§ 1º Os pequenos geradores de resíduos sólidos urbanos deverão promover o acondicionamento adequado dos resíduos, com a sua colocação em condições estanques e de higiene, em sacos plásticos ou em outro recipiente adequado, de forma a evitar o seu espalhamento pela via pública.

§ 2º Incumbe ao Município ou ao órgão municipal competente, direta ou indiretamente, segundo os princípios da economicidade e eficiência, disponibilizar alternativas para o adequado acondicionamento dos resíduos sólidos urbanos dos pequenos geradores, observada a coleta seletiva nas tipologias de resíduos orgânicos, rejeitos e recicláveis.

Art. 25. Quando houver disposição inadequada de resíduos sólidos, os responsáveis pelo dano ressarcirão integralmente o poder público pelos gastos decorrentes das ações empreendidas para a mitigação do dano.

Seção II
Da Responsabilidade Compartilhada

Art. 26. É instituída a responsabilidade compartilhada pelo ciclo de vida dos produtos, a ser implementada de forma individualizada e encadeada, abrangendo os fabricantes, importadores, distribuidores e comerciantes, os consumidores e os titulares dos serviços públicos de limpeza urbana e de manejo de resíduos sólidos, consoante as atribuições e procedimentos previstos nesta Seção.

Parágrafo único. A responsabilidade compartilhada pelo ciclo de vida dos produtos tem por objetivo:

I - compatibilizar interesses entre os agentes econômicos e sociais e os processos de gestão empresarial e mercadológica com os de gestão ambiental, desenvolvendo estratégias sustentáveis;

II - promover o aproveitamento de resíduos sólidos, direcionando-os para a sua cadeia produtiva ou para outras cadeias produtivas;

III - reduzir a geração de resíduos sólidos, o desperdício de materiais, a poluição e os danos ambientais;

IV - incentivar a utilização de insumos de menor agressividade ao meio ambiente e de maior sustentabilidade;

V - estimular o desenvolvimento de mercado, a produção e o consumo de produtos derivados de materiais reciclados e recicláveis;

VI - propiciar que as atividades produtivas alcancem eficiência e sustentabilidade;

VII - incentivar as boas práticas de responsabilidade socioambiental.

Art. 27. Sem prejuízo das obrigações estabelecidas no plano de gerenciamento de resíduos sólidos e com vistas a fortalecer a responsabilidade compartilhada e seus objetivos, os fabricantes, importadores, distribuidores e comerciantes têm responsabilidade que abrange:

I - investimento no desenvolvimento, na fabricação e na colocação no mercado de produtos:

a) que sejam aptos, após o uso pelo consumidor, à reutilização, à reciclagem ou a outra forma de destinação ambientalmente adequada;

b) cuja fabricação e uso gerem a menor quantidade de resíduos sólidos possível;

II - divulgação de informações relativas às formas de evitar, reciclar e eliminar os resíduos sólidos associados a seus respectivos produtos;

III - recolhimento dos produtos e dos resíduos remanescentes após o uso, assim como sua subsequente destinação final ambientalmente adequada, no caso de produtos objeto de sistema de logística reversa na forma do art. 29;

IV - compromisso de, quando firmados acordos ou termos de compromisso com o Município, participar das ações previstas no plano municipal de gestão integrada de resíduos sólidos, no caso de produtos ainda não incluso no sistema de logística reversa.

Art. 28. As embalagens devem ser fabricadas com materiais que propiciem a reutilização ou a reciclagem.

§ 1º Cabe aos respectivos responsáveis assegurar que as embalagens sejam:

I - restritas em volume e peso às dimensões requeridas à proteção do conteúdo e à comercialização do produto;

II - projetadas de forma a serem reutilizadas de maneira tecnicamente viável e compatível com as exigências aplicáveis ao produto que contém;

III - recicladas, se a reutilização não for possível.

§ 2º O regulamento disporá sobre os casos em que, por razões de ordem técnica ou econômica, não seja viável a aplicação do disposto no caput.

§ 3º É responsável pelo atendimento do disposto neste artigo todo aquele que:

I - manufatura embalagens ou fornece materiais para a fabricação de

embalagens;

II - coloca em circulação embalagens, materiais para a fabricação de embalagens ou produtos embalados, em qualquer fase da cadeia de comércio.

Art. 29. São obrigados a estruturar e implementar sistemas de logística reversa, mediante retorno dos produtos após o uso pelo consumidor, de forma independente do serviço público de limpeza urbana e de manejo dos resíduos sólidos, os fabricantes, importadores, distribuidores e comerciantes de:

I - agrotóxicos, seus resíduos e embalagens, assim como outros produtos cuja embalagem, após o uso, constitua resíduo perigoso, observadas as regras de gerenciamento de resíduos perigosos previstas em lei ou regulamento, em normas estabelecidas pelos órgãos do SISNAMA, do SNVS e do SUASA, ou em normas técnicas;

II - pilhas e baterias;

III - pneus;

IV - óleos lubrificantes, seus resíduos e embalagens;

V - lâmpadas fluorescentes, de vapor de sódio e mercúrio e de luz mista;

VI - produtos eletroeletrônicos e seus componentes;

VII – óleo de cozinha, seus resíduos e embalagens.

§ 1º Na forma do disposto em regulamento ou em acordos setoriais e termos de compromisso firmados entre o poder público e o setor empresarial, os sistemas previstos no caput serão estendidos a produtos comercializados em embalagens plásticas, metálicas ou de vidro, e aos demais produtos e embalagens, considerando, prioritariamente, o grau e a extensão do impacto à saúde pública e ao meio ambiente dos resíduos gerados.

§ 2º A definição dos produtos e embalagens a que se refere o § 1º considerará a viabilidade técnica e econômica da logística reversa, bem como o grau e a extensão do impacto à saúde pública e ao meio ambiente dos resíduos gerados.

§ 3º Sem prejuízo de exigências específicas fixadas em lei ou regulamento, em normas estabelecidas pelos órgãos do SISNAMA e do SNVS, ou em acordos setoriais e termos de compromisso firmados entre o poder público e o setor empresarial, cabe aos fabricantes, importadores, distribuidores e comerciantes dos produtos a que se referem os incisos II, III, V e VI ou dos produtos e embalagens a que se referem os incisos I e IV do caput e o § 1º tomar todas as medidas necessárias para assegurar a implementação e operacionalização do sistema de logística reversa sob seu encargo, consoante o estabelecido neste artigo, podendo, entre outras medidas:

I - implantar procedimentos de compra de produtos ou embalagens usados;

II - disponibilizar postos de entrega de resíduos reutilizáveis e recicláveis;

III - atuar em parceria com cooperativas ou outras formas de associação de catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis, nos casos de que trata o § 1º.

§ 4º Os consumidores deverão efetuar a devolução após o uso, aos comerciantes ou distribuidores, dos produtos e das embalagens a que se referem os incisos I a VI do caput, e de outros produtos ou embalagens objeto de logística reversa, na forma do § 1º.

§ 5º Os comerciantes e distribuidores deverão efetuar a devolução aos fabricantes ou aos importadores dos produtos e embalagens reunidos ou devolvidos na forma dos §§ 3º e 4º.

§ 6º Os fabricantes e os importadores darão destinação ambientalmente adequada aos produtos e às embalagens, sendo o rejeito encaminhado para a disposição final ambientalmente adequada, na forma estabelecida pelo órgão competente do SISNAMA e, se houver, pelo plano municipal de gestão integrada de resíduos sólidos.

§ 7º Se o titular do serviço público de limpeza urbana e de manejo de resíduos sólidos, por acordo setorial ou termo de compromisso firmado com o setor empresarial, encarregar-se de atividades de responsabilidade dos fabricantes, importadores, distribuidores e comerciantes nos sistemas de logística reversa dos produtos e embalagens a que se refere este artigo, as ações do poder público serão devidamente remuneradas, na forma previamente acordada entre as partes.

§ 8º Com exceção dos consumidores, todos os participantes dos sistemas de logística reversa manterão atualizadas e disponíveis ao órgão municipal competente e a outras autoridades informações completas sobre a realização das ações sob sua responsabilidade.

Art. 30. Os acordos setoriais ou termos de compromisso referidos no inciso IV do caput do art. 27 e no § 1º do art. 29 podem ter abrangência nacional, regional, estadual ou municipal.

§ 1º Os acordos setoriais e termos de compromisso firmados em âmbito nacional têm prevalência sobre os firmados em âmbito regional ou estadual, e estes sobre os firmados em âmbito municipal.

§ 2º Na aplicação de regras concorrentes consoante ao § 1º, os acordos firmados com menor abrangência geográfica podem ampliar, mas não abrandar, as medidas de proteção ambiental constantes nos acordos setoriais e termos de compromissos firmados com maior abrangência geográfica.

Art. 31. Sempre que estabelecido sistema de coleta seletiva pelo plano municipal de gestão integrada de resíduos sólidos e na aplicação do art. 29, os consumidores são obrigados a:

I - acondicionar adequadamente e de forma diferenciada os resíduos sólidos gerados;

II - disponibilizar adequadamente os resíduos sólidos reutilizáveis e recicláveis para coleta ou devolução.

Parágrafo único. O poder público municipal pode instituir incentivos econômicos aos consumidores que participam do sistema de coleta seletiva referido no caput, na forma de lei municipal.

Art. 32. No âmbito da responsabilidade compartilhada pelo ciclo de vida dos produtos, cabe ao titular dos serviços públicos de limpeza urbana e de manejo de resíduos sólidos, observado, se houver, o plano municipal de gestão integrada de resíduos sólidos:

I - adotar procedimentos para reaproveitar os resíduos sólidos reutilizáveis e recicláveis oriundos dos serviços públicos de limpeza urbana e de manejo de resíduos sólidos;

II - estabelecer sistema de coleta seletiva;

III - articular com os agentes econômicos e sociais medidas para viabilizar o retorno ao ciclo produtivo dos resíduos sólidos reutilizáveis e recicláveis oriundos dos serviços de limpeza urbana e de manejo de resíduos sólidos;

IV - realizar as atividades definidas por acordo setorial ou termo de compromisso na forma do § 7º do art. 29, mediante a devida remuneração pelo setor empresarial;

V - implantar sistema de compostagem para resíduos sólidos orgânicos e articular com os agentes econômicos e sociais formas de utilização do composto produzido;

VI - dar disposição final ambientalmente adequada aos resíduos e rejeitos oriundos dos serviços públicos de limpeza urbana e de manejo de resíduos sólidos.

§ 1º Para o cumprimento do disposto nos incisos I ao IV do caput, o titular dos serviços públicos de limpeza urbana e de manejo de resíduos sólidos priorizará a organização e o funcionamento de cooperativas ou de outras formas de associação de catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis formadas por pessoas físicas de baixa renda, bem como sua contratação.

§ 2º A contratação prevista no § 1º é dispensável de licitação, nos termos do inciso XXVII do art. 24 da Lei no 8.666, de 21 de junho de 1993.

CAPÍTULO IV
DOS RESÍDUOS PERIGOSOS

Art. 33. A instalação e o funcionamento de empreendimento ou atividade que gere ou opere com resíduos perigosos somente podem ser autorizados ou licenciados pelas autoridades competentes se o responsável comprovar, no mínimo, capacidade técnica e econômica, além de condições para prover os cuidados necessários ao gerenciamento desses resíduos.

Art. 34. Sem prejuízo das iniciativas de outras esferas governamentais, o Governo Federal e o poder público municipal deve estruturar e manter instrumentos e atividades voltados para promover a descontaminação de áreas órfãs.

Parágrafo único. Se, após descontaminação de sítio órfão realizada com recursos do Município ou de outro ente da Federação, forem identificados os responsáveis pela contaminação, estes ressarcirão integralmente o valor empregado ao poder público.

CAPÍTULO V
DOS INSTRUMENTOS ECONÔMICOS

Art. 35. O poder público poderá instituir medidas indutoras e linhas de financiamento para atender, prioritariamente, às iniciativas de:

I - prevenção e redução da geração de resíduos sólidos no processo produtivo;

II - desenvolvimento de produtos com menores impactos à saúde humana e à qualidade ambiental em seu ciclo de vida;

III - implantação de infraestrutura física e aquisição de equipamentos para cooperativas ou outras formas de associação de catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis formadas por pessoas físicas de baixa renda;

IV - desenvolvimento de projetos de gestão dos resíduos sólidos de caráter intermunicipal;

V - estruturação de sistemas de coleta seletiva e de logística reversa;

VI - descontaminação de áreas contaminadas, incluindo as áreas órfãs;

VII - desenvolvimento de pesquisas voltadas para tecnologias limpas aplicáveis aos resíduos sólidos;

VIII - desenvolvimento de sistemas de gestão ambiental e empresarial voltados para a melhoria dos processos produtivos e ao reaproveitamento dos resíduos.

Art. 36. O Município, no âmbito de suas competências, poderá instituir normas com o objetivo de conceder incentivos fiscais, financeiros ou creditícios, respeitadas as limitações da Lei Complementar no 101, de 4 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), a:

I - indústrias e entidades dedicadas à reutilização, ao tratamento e à reciclagem de resíduos sólidos produzidos no território Municipal;

II - projetos relacionados à responsabilidade pelo ciclo de vida dos produtos, prioritariamente em parceria com cooperativas ou outras formas de associação de catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis formadas por pessoas físicas de baixa renda;

III - empresas dedicadas à limpeza urbana e a atividades a ela relacionadas.

CAPÍTULO VI
DAS PROIBIÇÕES

Art. 37. São proibidas as seguintes formas de destinação ou disposição final de resíduos sólidos ou rejeitos:

I - lançamento em praias, no mar ou em quaisquer corpos hídricos;

II - lançamento in natura a céu aberto, excetuados os resíduos de mineração;

III - queima a céu aberto ou em recipientes, instalações e equipamentos não licenciados para essa finalidade;

IV - outras formas vedadas pelo poder público.

§ 1º Quando decretada emergência sanitária, a queima de resíduos a céu aberto pode ser realizada, desde que autorizada e acompanhada pelos órgãos competentes do SISNAMA, do SNVS e, quando couber, do SUASA.

§ 2º Assegurada a devida impermeabilização, as bacias de decantação de resíduos ou rejeitos industriais ou de mineração, devidamente licenciadas pelo órgão competente do SISNAMA, não são consideradas corpos hídricos para efeitos do disposto no inciso I do caput.

Art. 38. São proibidas, nas áreas de disposição final de resíduos ou rejeitos, as seguintes atividades:

I - utilização dos rejeitos dispostos como alimentação;

II - catação;

III - criação de animais domésticos;

IV - fixação de habitações temporárias ou permanentes;

V - outras atividades vedadas pelo poder público.

CAPÍTULO VII
DO EXERCÍCIO DA TITULARIDADE

Art. 39. São condições de validade dos contratos que tenham por objeto a prestação de serviços públicos de limpeza Urbana:

I - a existência de estudo comprovando a viabilidade técnica e econômico financeira da prestação universal e integral dos serviços, nos termos do respectivo plano;

II - a existência de normas de regulação que prevejam os meios para o cumprimento das diretrizes desta Lei, incluindo a designação da entidade de regulação e de fiscalização;

III - a realização prévia de audiência e de consulta públicas sobre o edital de licitação, no caso de concessão, e sobre a minuta do contrato.

§ 1º Os planos de investimentos e os projetos relativos ao contrato deverão ser compatíveis com o plano de Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos;

§ 2º Nos casos de serviços prestados mediante contratos de concessão ou de programa, as normas previstas no inciso III do "caput" deste artigo deverão prever:

I - a autorização para a contratação dos serviços, indicando os respectivos prazos e a área a ser atendida;

II - a inclusão, no contrato, das metas progressivas e graduais de expansão dos serviços;

III - as prioridades de ação, compatíveis com as metas estabelecidas;

IV - as condições de sustentabilidade e equilíbrio econômico-financeiro da prestação dos serviços, em regime de eficiência, incluindo:

a) o sistema de cobrança e a composição de taxas e tarifas;

b) a sistemática de reajustes e de revisões de taxas e tarifas;

c) a política de subsídios;

V - mecanismos de controle social nas atividades de planejamento, regulação e fiscalização dos serviços;

VI - as hipóteses de intervenção e de retomada dos serviços.

§ 3º Os contratos não poderão conter cláusulas que prejudiquem as atividades de regulação e de fiscalização ou o acesso às informações sobre os serviços contratados.

§ 4º Na prestação regionalizada, o disposto nos incisos I a IV do "caput" e nos §§ 1º e 2º deste artigo poderá se referir ao conjunto de municípios por ela abrangidos.

Art. 40. A taxa ou tarifa, prevista no art. 37 do Código Tributário Municipal, decorrente da prestação de serviço público de limpeza urbana e de manejo de resíduos sólidos urbanos devem levar em conta a adequada destinação dos resíduos coletados e poderá considerar:

I - o nível de renda da população da área atendida;

II - as características dos lotes urbanos e as áreas que podem ser neles edificadas;

III - o peso ou o volume médio coletado por habitante ou por domicílio.

Art. 41. Os reajustes de tarifas de serviço público de limpeza urbana e de manejo de resíduos sólidos urbanos serão realizados observando-se o intervalo mínimo de 12 (doze) meses, de acordo com as normas legais, regulamentares e contratuais.

Art. 42. As revisões tarifárias compreenderão a reavaliação das condições da prestação dos serviços e das tarifas praticadas e poderão ser:

I - periódicas, objetivando a distribuição dos ganhos de produtividade com os usuários e a reavaliação das condições de mercado;

II - extraordinárias, quando se verificar a ocorrência de fatos não previstos no contrato, fora do controle do prestador dos serviços, que alterem o seu equilíbrio econômico financeiro.

§ 1º As revisões tarifárias terão suas pautas definidas pelas respectivas entidades reguladoras, ouvido o Município, os usuários e os prestadores dos serviços.

§ 2º Poderão ser estabelecidos mecanismos tarifários de indução à eficiência, inclusive fatores de produtividade, assim como de antecipação de metas de expansão e qualidade dos serviços.

§ 3º Os fatores de produtividade poderão ser definidos com base em indicadores de outras empresas do setor.

§ 4º A entidade de regulação poderá autorizar o prestador de serviços a repassar aos usuários custos e encargos tributários não previstos originalmente e por ele não administrados, nos termos da Lei nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995.

Art. 43. As tarifas serão fixadas de forma clara e objetiva, devendo os reajustes e as revisões ser tomados públicos com antecedência mínima de 30 (trinta) dias com relação à sua aplicação.

Parágrafo único. A fatura a ser entregue ao usuário final deverá obedecer à modelo estabelecido pela entidade reguladora, que definirá os itens e custos que deverão estar explicitados.

Art. 44. Os serviços poderão ser interrompidos pelo prestador nas seguintes hipóteses:

I - situações de emergência que atinjam a segurança de pessoas e bens;

II - necessidade de efetuar reparos, modificações ou melhorias de qualquer natureza nos sistemas.

Parágrafo único. As interrupções programadas serão previamente comunicadas ao regulador e aos usuários.

Art. 45. Os valores investidos em bens reversíveis pelos prestadores constituirão créditos perante o Município, a serem recuperados mediante a exploração dos serviços, nos termos das normas regulamentares e contratuais e, quando for o caso, observada a legislação pertinente às sociedades por ações.

§ 1º Não gerarão crédito perante o Município os investimentos feitos sem ônus para o prestador, tais como os decorrentes de exigência legal aplicável à implantação de empreendimentos imobiliários e os provenientes de subvenções ou transferências fiscais voluntárias.

§ 2º Os investimentos realizados, os valores amortizados, a depreciação e os respectivos saldos serão anualmente auditados e certificados pela entidade reguladora.

§ 3º Os créditos decorrentes de investimentos devidamente certificados poderão constituir garantia de empréstimos aos delegatários, destinados exclusivamente a investimentos nos sistemas de saneamento objeto do respectivo contrato.

CAPÍTULO VIII
DO SISTEMA MUNICIPAL DE INFORMAÇÕES SOBRE GESTÃO DOS RESÍDUOS SÓLIDOS (SISMIR)

Art. 46. Fica instituído o Sistema Municipal de Informações do Sistema de Resíduos Sólidos com os objetivos de:

I - coletar e sistematizar dados relativos às condições da prestação dos serviços públicos de coleta, transporte e destino final dos resíduos sólidos produzidos no Município;

II - disponibilizar estatísticas, indicadores e outras informações relevantes para a caracterização da demanda e da oferta de serviços públicos do sistema de Resíduos Sólidos;

III - permitir e facilitar o monitoramento e avaliação da eficiência e da eficácia da prestação dos serviços.

Parágrafo único. As informações do Sistema Municipal são públicas e acessíveis a todos, devendo ser disponibilizadas por meio de site mantido na rede mundial de computadores - internet.

CAPÍTULO IX
DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS E FINAIS

Art. 47. A inexistência do regulamento não obsta a atuação, nos termos desta Lei, das cooperativas ou outras formas de associação de catadores de

materiais reutilizáveis e recicláveis.

Art. 48. Sem prejuízo da obrigação de, independentemente da existência de culpa, reparar os danos causados, a ação ou omissão das pessoas físicas ou jurídicas que importe inobservância aos preceitos desta Lei ou de seu regulamento sujeita os infratores às sanções previstas em lei, em especial às fixadas na Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, que “dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente, e dá outras providências”, e em seu regulamento.

Art. 49. A observância ao disposto no caput do art. 18 e no § 2o do art. 33 desta Lei é considerada obrigação de relevante interesse ambiental para efeitos do art. 68 da Lei nº 9.605, de 1998, sem prejuízo da aplicação de outras sanções cabíveis nas esferas penal e administrativa.

Art. 50. (VETADO)

Art. 51. A disposição final ambientalmente adequada dos rejeitos, observado o disposto no § 1o do art. 8o, deverá ser implantada em até 4 (quatro) anos após a data de publicação desta Lei.

Art. 52. A logística reversa relativa aos produtos de que tratam os incisos V e VI do caput do art. 29 será implementada progressivamente segundo cronograma estabelecido em regulamento.

Art. 53. Fica autorizada ao Poder Executivo Municipal a realização de parcerias com a iniciativa privada, mediante procedimento licitatório próprio para destinação de uma área do patrimônio público municipal para fomentar a transformação de lixo em energia.

Art. 54. O Poder Executivo regulamentará esta lei no prazo de até cento e oitenta (180) dias a contar da data de sua publicação.

Art. 55. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 56. Ficam revogadas as disposições em contrário.

São Francisco do Sul, 29 de novembro de 2016.

Salvador Luiz Gomes
Presidente da Mesa Diretora

Paulo Roberto Anselmo
Vice-Presidente

Christopher Camargo de Oliveira
Secretário

DECRETOS

DECRETO Nº 2.516, DE 8 DE NOVEMBRO DE 2016.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL AO ORÇAMENTO DO CORRENTE EXERCÍCIO, DE ACORDO COM A LEI Nº 1.837, DE 8 DE NOVEMBRO DE 2016.

O Prefeito Municipal de São Francisco do Sul, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo art. 59, inciso VI, da Lei Orgânica do Município, e de acordo com a Lei nº 1.837, de 8 de novembro de 2016,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto o crédito adicional no valor de R\$ 45.500,00 (quarenta e cinco mil e quinhentos Reais), ao orçamento do corrente exercício, de conformidade com a Lei Municipal nº 1.785, de 18 de dezembro de 2015, que aprovou o orçamento para o exercício de 2016 e suas alterações, combinado com o inciso III, § 1º, do art. 43, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1.964, na seguinte dotação orçamentária:

13.00 – SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E PESCA
13.01 – GERÊNCIA DE AGRICULTURA
2019 – Manutenção das Atividades Operacionais da gerência de Agricultura
3000000.000 – Despesas Corrente
3300000.000 – Outras Despesas Correntes
3390000.000 – Aplicações Diretas
Vínculo de Recurso – 10000 – Recursos Ordinários.....R\$ 45.500,00
TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO.....R\$ 45.500,00

Art. 2º Como fonte de recursos para abertura do Crédito Adicional que trata o art. 1º, deste Decreto, será utilizado o recurso proveniente de anulação das seguintes dotações orçamentárias:

13.00 – SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E PESCA
13.03 – GERÊNCIA DE ADMINISTRAÇÃO REGIONAL
1016 – Obras de Construção e Reforma – Secretaria de Agricultura e Pesca
4000000.000 – Despesas de Capital
440000.000 – Investimentos
4490000.000 – Aplicações Diretas
Vínculo de Recurso – 10000 – Recursos Ordinários.....R\$ 30.500,00

13.00 – SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E PESCA
13.01 – GERÊNCIA DE AGRICULTURA
2020 – Manutenção das Atividades Operacionais da Gerência de Pesca
3000000.000 – Despesas Corrente
3300000.000 – Outras Despesas Correntes
3350000.000 – Transferência a Instituições Privadas s/ fins lucrativos
Vínculo de Recurso – 10000 – Recursos Ordinários.....R\$ 15.000,00
TOTAL DA ANULAÇÃO.....R\$45.500,00

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 4º Ficam revogadas as disposições em contrário.

São Francisco do Sul – SC, 8 de novembro de 2016.

LUIZ ROBERTO DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

PAULO CÉZAR RAMOS
Secretário Municipal de Agricultura e Pesca

DECRETO Nº 2.518, DE 18 DE NOVEMBRO DE 2016.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL AO ORÇAMENTO DO CORRENTE EXERCÍCIO, DE ACORDO COM A LEI Nº 1.841, DE 18 DE NOVEMBRO DE 2016.

O Prefeito Municipal de São Francisco do Sul, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo art. 59, inciso VI, da Lei Orgânica do Município, e de acordo com a Lei nº 1.841, de 18 de novembro de 2016,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto o crédito adicional no valor de R\$ 148.432,00 (cento e quarenta e oito mil, quatrocentos e trinta e dois Reais), ao orçamento do corrente exercício, de conformidade com a Lei Municipal nº 1.785, de 18 de dezembro de 2015, que aprovou o orçamento para o exercício de 2016 e suas alterações, combinado com o inciso III, § 1º, do art. 43, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1.964, na seguinte dotação orçamentária:

14.00 – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA
14.02 – GERÊNCIA DE ADMINISTRAÇÃO E CONTROLE
2031 – Auxílio ao Ensino Superior

3000000.000 – Despesas Corrente
3300000.000 – Outras Despesas Correntes
3350000.000 – Transferências a instituições privadas s/ fins lucrativos

Vínculo de Recurso – 13902 – Fundo Esp. de Petróleo - Lei nº 9.478/97.....
.....R\$ 148.432,00

TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO.....R\$ 148.432,00

Art. 2º Como fonte de recursos para abertura do Crédito Adicional que trata o art. 1º, deste Decreto, será utilizado o recurso proveniente de anulação parcial da seguinte dotação orçamentária:

14.00 – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA
14.01 – GERÊNCIA DE ENSINO
2024 – Aquisição e Distribuição de Merenda Escolar
3000000.000 – Despesas Corrente
3300000.000 – Outras Despesas Correntes
3390000.000 – Aplicações diretas
Vínculo de Recurso – 13902 – Fundo Esp. de Petróleo - Lei nº 9.478/97.....
.....R\$ 148.432,00
TOTAL DA ANULAÇÃO.....R\$148.432,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 4º Ficam revogadas as disposições em contrário.

São Francisco do Sul – SC, 18 de novembro de 2016.

LUIZ ROBERTO DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

MARA LÚCIA MOREIRA JASPER
Secretário Municipal de Educação

DECRETO Nº 2.519, DE 18 DE NOVEMBRO DE 2016.

NOMEIA MEMBROS DO CONSELHO MUNICIPAL DE ACOMPANHAMENTO E CONTROLE SOCIAL DO FUNDO DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA – CONSELHO FUNDEB.

O Prefeito Municipal de São Francisco do Sul no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo inciso VI, do art. 59, da Lei Orgânica do Município, em conformidade com as disposições da Lei Municipal nº 562, de 19 de outubro de 2007,

DECRETA:

Art. 1º Ficam nomeados para compor o Conselho Municipal de Acompanhamento e Controle Social do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – Conselho do FUNDEB no Município de São Francisco do Sul, os seguintes membros:

I - representantes da Secretaria Municipal de Educação e Cultura:

a) titular: Salete Alves David Falkevitz;
b) suplente: Dinorá Ramos Corrêa de Mira.

II - representantes dos Professores das Escolas Públicas Municipais:

a) titular: Clérilton Pereira dos Santos;
b) suplente: Vanessa Cristina Fonseca.

III - representantes dos Diretores das Escolas Públicas Municipais:

a) titular: Simoni Porciúncula Pinto dos Santos;
b) suplente: Kateuscia Pereira Bonfim da Silva.

IV - representantes dos Servidores Técnico-Administrativos das Escolas Públicas Municipais:

a) titular: Tanize Dias Ferreira;
b) suplente: Denise Schimidt.

V - representantes dos Pais de Alunos das Escolas Públicas Municipais:

a) titular: Simone Baenci Rodrigues;
b) suplente: Juciara Maria Vidal da Silva Kubis;
c) titular: Vivian da Silva;
d) suplente: Claudia Cristina Mendes Cabral.

VI - representantes dos Estudantes da Educação Básica Pública:

a) titular: Daniele Conceição Borges;
b) suplente: Jefferson Marques das Neves;
c) titular: Maristela Becker de Araújo Pereira;
d) suplente: Luciane dos Santos.

VII - representantes do Conselho Municipal de Educação:

a) titular: Valquíria Pacheco;
b) suplente: Carlos Roberto Santos de Carvalho.

VIII - representantes do Conselho Tutelar:

a) titular: Everton Rodrigo Passos;
b) suplente: Francisco de Jesus Ferreira de Lima.

IX - representantes da Secretaria Municipal de Administração.

a) titular: Patrícia Ferreira Barbella;
b) suplente: Jamile Pereira da Costa Rocha.

Art. 2º O mandato dos membros do Conselho será de 2 (dois) anos, sendo permitida uma recondução.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Ficam revogadas as disposições em contrário.

São Francisco do Sul - SC, 18 de novembro de 2016.

LUIZ ROBERTO DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

MARA LÚCIA MOREIRA JASPER
Secretária Municipal de Educação

DECRETO Nº 2.520, DE 18 DE NOVEMBRO DE 2016.

NOMEIA DIRETORIA DO CONSELHO MUNICIPAL DE ACOMPANHAMENTO E CONTROLE SOCIAL DO FUNDO DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA – CONSELHO FUNDEB.

O Prefeito Municipal de São Francisco do Sul no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo inciso VI, do art. 59, da Lei Orgânica do Município, em conformidade com as disposições da Lei Municipal nº 562, de 19 de outubro de 2007, e de acordo com a eleição realizada, por aclamação,

DECRETA:

Art. 1º Ficam nomeados para compor a Diretoria do Conselho Municipal de Acompanhamento e Controle Social do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – Conselho do FUNDEB no Município de São Francisco do Sul, os seguintes membros:

I - Presidente: Clérilton Pereira dos Santos;

II – Vice-Presidente: Vanessa Cristina Fonseca.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Ficam revogadas as disposições em contrário.

São Francisco do Sul - SC, 18 de novembro de 2016.

LUIZ ROBERTO DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

MARA LÚCIA MOREIRA JASPER
Secretária Municipal de Educação

DECRETO Nº 2.524, DE 23 DE NOVEMBRO DE 2016.

NOMEIA OS MEMBROS DO CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO.

O Prefeito Municipal de São Francisco do Sul no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo inciso VI, do art. 59, da Lei Orgânica do Município, em conformidade com as disposições da Lei nº 1.325, de 26 de março de 2012, e de acordo com a eleição realizada,

DECRETA:

Art. 1º Ficam nomeados para compor o Conselho Municipal de Educação de São Francisco do Sul, para o mandato 2016-2020, os seguintes membros:

I – representantes das Escolas Particulares:
a) Titular: Olíndina Corrêa;
b) Suplente: Neide Evangelista Crescêncio.

II – representantes das Instituições de Ensino Superior:
a) Titular: Cláudio Tadeu Novaes de Almeida.

III – representantes do Poder Executivo Municipal:
a) Titular: Eliane patricia de Oliveira Goulart;
b) Suplente: Michelle Evanir Campos Antunes.

IV – representantes da Gerência Regional de Educação:
a) Titular: Jucélio de Carvalho;
b) Suplente: Terezinha Jadir Garcia dos Santos.

V – representantes da Associação Empresarial de São Francisco do Sul:
a) Titular: Osni dos Passos Junior;
b) Suplente: Carlos André Athanasio Veiga.

VI – representantes da Secretaria Municipal de Saúde:
a) Titular: Kamille Karoene Negrão Gonçalves;
b) Suplente: Jessica Vargas de Moura.

VII – representantes da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social e da Cidadania:
a) Titular: Fábio da Costa;
b) Suplente: Mariluci Moreira Zeni.

VIII – representantes dos Diretores das Escolas Municipais:
a) Titular: Yara de Oliveira Marcomini;
b) Suplente: Tania Mara Bello Zabel;
c) Titular: Vanessa de Carvalho Eggert dos Santos;
d) Suplente: Ruth Maria Teixeira dos Santos Schamitzel.

IX – representantes dos especialistas das Escolas Municipais:
e) Titular: Dionise de Ramos;
f) Suplente: Carlos Roberto Santos de Carvalho;
g) Titular: Carla Cristiane Moreira Nogueira;
h) Suplente: Valquíria Pacheco.

X – representantes do Corpo Docente dos Anos Iniciais das Escolas Municipais:
a) Titular: Geovani dos Santos Macedo;
b) Suplente: Patrícia Cardoso.

XI – representantes do Corpo Docente dos Anos Finais das Escolas Municipais:
a) Titular: Ernesto dos Santos
b) Suplente: Rodrigo Graf.

XII – representantes do Corpo Docente da Educação Infantil da Rede Municipal de Ensino:
a) Titular: Renata de Souza;
b) Suplente: Maria Cláudia Martins.

XIII – representantes da Associação de Pais e Professores da Rede Municipal de Ensino:
a) Titular: Silvia Marisa Machado;
b) Suplente: Madeleine Justen Müller.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Ficam revogadas as disposições em contrário.

São Francisco do Sul - SC, 23 de novembro de 2016.

LUIZ ROBERTO DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

MARA LÚCIA MOREIRA JASPER
Secretária Municipal de Educação

DECRETO Nº 2.525, DE 23 DE NOVEMBRO DE 2016.

NOMEIA DIRETORIA DO CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO.

O Prefeito Municipal de São Francisco do Sul no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo inciso VI, do art. 59, da Lei Orgânica do Município, em conformidade com as disposições da Lei nº 1.325, de 26 de março de 2012, e de acordo com a eleição realizada,

DECRETA:

Art. 1º Ficam nomeados para compor a Diretoria do Conselho Municipal de Educação de São Francisco do Sul, os seguintes membros:

I - Presidente: Geovani dos Santos Macedo
II – Vice-Presidente: Dionise de Ramos Almeida

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Ficam revogadas as disposições em contrário.

São Francisco do Sul - SC, 23 de novembro de 2016.

LUIZ ROBERTO DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

MARA LÚCIA MOREIRA JASPER
Secretária Municipal de Educação

DECRETO Nº 2.526, DE 28 DE NOVEMBRO DE 2016.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR AO ORÇAMENTO DO SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO – SAMAE, PARA O CORRENTE EXERCÍCIO.

O Prefeito Municipal de São Francisco do Sul, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo inciso VI, do artigo 59 da Lei Orgânica do Município, de conformidade com o artigo 7º, inciso I, da Lei Municipal nº 1.785, de 18 de dezembro de 2015, que aprovou o orçamento para o exercício de 2016, combinado com o inciso III, § 1º, do artigo 43, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto o crédito suplementar ao orçamento do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto - SAMAE, do corrente exercício, no valor de R\$ 47.000,00 (quarenta e sete mil reais) nas seguintes dotações orçamentárias:

26.00 – SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO	
26.01 – Administração Geral	
2058 – Manutenção dos Serviços Administrativos	
3.3.90.39.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	
020600 – Recursos Ordinários.....	R\$ 7.000,00
26.02 – Servidores Disponibilizados ao RH da Prefeitura	
2060 – Manutenção do Sistema de Água	
3.3.91.97.00 – Aporte para Cobertura do Déficit Atuarial	
010000 – Recursos Ordinários.....	R\$ 40.000,00
TOTAL DAS SUPLEMENTAÇÕES.....	R\$ 47.000,00

Art. 2º Os recursos necessários à execução do artigo 1º correrão por conta da anulação parcial das seguintes dotações:

26.01 – Administração Geral	
2058 – Manutenção dos Serviços Administrativos	
3.3.90.16.00 – Outras Despesas Variáveis – Pessoal Civil	
020600 – Recursos Ordinários.....	R\$ 3.000,00
26.01 – Administração Geral	
2058 – Manutenção dos Serviços Administrativos	
3.3.90.33.00 – Passagens e Despesas com Locomoção	
020600 – Recursos Ordinários.....	R\$ 4.000,00
26.02 – Servidores Disponibilizados ao RH da Prefeitura	
2060 – Manutenção do Sistema de Água	
3.1.90.11.00 – Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil	
010000 – Recursos Ordinários.....	R\$ 40.000,00
TOTAL DAS ANULAÇÕES.....	R\$ 47.000,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Ficam revogadas as disposições em contrário.

São Francisco do Sul – SC, 28 de novembro de 2016.

LUIZ ROBERTO DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

JEAN RICARDO CELESTINO
Secretário Municipal de Finanças

EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS
DECRETO N.º 2.526, DE 28 DE NOVEMBRO DE 2016.

A presente suplementação destina-se à cobertura de saldo insuficiente de dotação orçamentária para pagamento do aporte para cobertura do déficit atuarial, conforme plano estabelecido pelo Decreto n.º 2.320, de 06/10/2016, e para mensalidades quota patronal do plano de saúde dos servidores do SAMAE.

São Francisco do Sul – SC, 28 de novembro de 2016.

LUIZ ROBERTO DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

JEAN RICARDO CELESTINO
Secretário Municipal de Finanças

DECRETO N.º 2.527, DE 28 DE NOVEMBRO DE 201.

CONCEDE PENSÃO POR MORTE A HÉLIA VIANA FEIJÓ E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de São Francisco do Sul, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelos incisos VI e IX, do art. 59, da Lei Orgânica do Município, e em conformidade com a Lei nº 782, de 27 de agosto de 2009,

DECRETA:

Art. 1º Fica concedida pensão por morte a Sra. Hélia Viana Feijó, cônjuge do servidor aposentado Narcizo Schaeffer Feijó, falecido em 10 de novembro de 2016, conforme Certidão de Óbito 108639 01 55 2016 4 00017 059 0006555 50, no valor de R\$ 4.914,24 (quatro mil, novecentos e quatorze Reais e vinte e quatro centavos) mensais.

Parágrafo único. Fica autorizado à Administração Pública Municipal revisar o valor da pensão nos mesmos índices de reajuste concedido ao servidor ativo do Município, conforme art. 182, da Lei Complementar nº 8, de 30 de outubro 2003.

Art. 2º O pagamento da pensão por morte será suspenso com o falecimento da beneficiária.

Art. 3º Fica autorizado o pagamento da pensão a partir de 10 de novembro 2016.

Art. 4º Fica revogado o Decreto nº 338, de 8 de março de 1976, que concedeu aposentadoria ao servidor Narcizo Schaeffer Feijó, Assistente Administrativo.

Art. 5º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Francisco do Sul - SC, 28 de novembro de 2016.

LUIZ ROBERTO DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

LUCIENE JOSINETE BLANSKI DOIN
Secretária Municipal de Gestão de Pessoas

DECRETO N.º 2.530, DE 30 DE NOVEMBRO DE 2016.

ESTABELECE DATA LIMITE PARA APRESENTAÇÃO DE NOTAS FISCAIS.

O Prefeito Municipal de São Francisco do Sul, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo art. 59, inciso VI, da Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º Fica estabelecida a data de 2 de dezembro de 2016 como limite para apresentação de Notas Fiscais junto a Secretaria Municipal de Finanças, ressalvadas as que tratam de serviços essenciais.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Ficam revogadas as disposições em contrário.

São Francisco do Sul – SC, 30 de novembro de 2016.

LUIZ ROBERTO DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

JEAN RICARDO CELESTINO
Secretário Municipal de Finanças

PORTARIA SAMAE N.º 001, de 06 janeiro de 2016.

FERNANDO OLIVEIRA LEDOUX, DIRETOR-PRESIDENTE do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto – SAMAE, de São Francisco do Sul, no uso de suas atribuições,

RESOLVE:

CONCEDER licença ao servidor MARCOS NATENAIEL DA TRINDADE, Encanador, matrícula 135, para exercer mandato de Conselheiro Tutelar pelo período de 04 (quatro) anos, a contar do ato da sua posse, sem ônus para origem, observada a vedação do art. 37 da Lei Municipal n.º 891/2010.

Esta Portaria entra em vigor nesta data, revogando-se as disposições em contrário.

Publique-se, registre-se e comunique-se.

Fernando Oliveira Ledoux
Diretor Presidente do SAMAE

PORTARIA SAMAE N.º 002, de 04 de Janeiro de 2016.

FERNANDO OLIVEIRA LEDOUX, DIRETOR-PRESIDENTE do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto – SAMAE, de São Francisco do Sul no uso de suas atribuições,

RESOLVE:

NOMEAR o servidor Murilo Amorim para o cargo de “PREGOEIRO”.

NOMEAR os componentes da “EQUIPE DE APOIO AO PREGOEIRO” que passará a ter a seguinte constituição: Rosane Terezinha Cardoso, Karoline D’ávila Pacheco e Sandra Cristina Stadelhofer Machado.

Esta Portaria entra em vigor nesta data, revogando-se as disposições em contrário.

Publique-se, registre-se e comunique-se.

Fernando Oliveira Ledoux
Diretor Presidente do SAMAE

PORTARIA SAMAE N.º 003, de 04 de Janeiro de 2016.

FERNANDO OLIVEIRA LEDOUX, DIRETOR-PRESIDENTE do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto – SAMAE, de São Francisco do Sul, no uso de suas atribuições,

RESOLVE:

ALTERAR a composição da “COMISSÃO DE LICITAÇÕES”, que passará a ter a seguinte constituição:

Presidente: Ricardo Machado Cardoso
Secretário: Adilson Radaskiewicz Wisniewski
1º Vogal: Murilo Amorim

Esta Portaria entra em vigor nesta data, revogando-se as disposições em contrário.

Publique-se, registre-se e comunique-se.

Fernando Oliveira Ledoux
Diretor Presidente do SAMAE

PORTARIA SAMAE N. 004, de 04 de janeiro de 2016.

FERNANDO OLIVEIRA LEDOUX, DIRETOR-PRESIDENTE do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto – SAMAE, de São Francisco do Sul, no uso de suas atribuições legais e com fulcro no Termo de Convênio n.º 001/2015, celebrado entre a Fundação Instituto de Previdência Social dos Servidores de São Francisco do Sul – IPRESF e o Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto – SAMAE para Cessão de servidores Públicos,

RESOLVE:

1º Fazer a cessão do servidor ROBERSON ALBERTO MACIEL, ocupante do cargo de Auxiliar Administrativo, matrícula 96, à Fundação Instituto de Previdência Social dos Servidores de São Francisco do Sul - IPRESF.

§1º. O servidor referido no caput deste artigo desempenhará as atribuições próprias de seu cargo junto ao IPRESF.

2º A cessão se dará até o dia 31 de dezembro de 2016.

Parágrafo único. A cessão poderá ser extinta, observado o disposto no subitem 3.1.6 do Termo de Convênio n.º 001/2015 celebrado entre o SAMAE e o IPRESF.

3º Caberá ao IPRESF o repasse dos valores ao SAMAE na forma do subitem 4.2 do respectivo Termo de Convênio.

Esta Portaria entra em vigor nesta data, revogando-se as disposições em contrário.

Publique-se, registre-se e comunique-se.

Fernando Oliveira Ledoux
Diretor Presidente do SAMAE

PORTARIA SAMAE N.º 005, de 14 de janeiro de 2016.

FERNANDO OLIVEIRA LEDOUX, DIRETOR-PRESIDENTE do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto – SAMAE, de São Francisco do Sul, no uso de suas atribuições,

RESOLVE:

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO, de acordo com o caput do art. 89 da Lei Complementar n.º 008/2003, ao servidor ERIVAN COSTA, Leiturista, matrícula 60, por 45 (quarenta e cinco) dias, no período de 15/01/2016 a 28/02/2016, conforme requerimento protocolado.

Esta Portaria entra em vigor nesta data, revogando-se as disposições em contrário.

Publique-se, registre-se e comunique-se.

Fernando Oliveira Ledoux
Diretor Presidente do SAMAE

PORTARIA SAMAE N.º 006, de 18 de janeiro de 2016.

FERNANDO OLIVEIRA LEDOUX, DIRETOR-PRESIDENTE do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto – SAMAE, de São Francisco do Sul, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

CONCEDER à servidora FRANCISCA CALDEIRA GOMES BAPTISTA o gozo dos dias remanescentes das férias, Auxiliar Administrativo, matrícula 81, referente ao período interrompido por meio da Portaria SAMAE n.º 046, de 15 de janeiro de 2015, os quais serão fruídos de 19/01/2016 a 28/01/2016.

Esta Portaria entra em vigor nesta data, revogando-se as disposições em contrário.

Publique-se, registre-se e comunique-se.

Fernando Oliveira Ledoux
Diretor Presidente do SAMAE

PORTARIA SAMAE N.º 007, de 11 de fevereiro de 2016.

FERNANDO OLIVEIRA LEDOUX, DIRETOR-PRESIDENTE do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto – SAMAE, de São Francisco do Sul, no uso de suas atribuições,

RESOLVE:

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO, de acordo com o caput do art. 89 da Lei Complementar n.º 008/2003, ao servidor PAULO ROBERTO DE CARVALHO, Operador de ETA, matrícula 39, por 45 (quarenta e cinco) dias, no período de 11/02/2016 a 26/03/2016, conforme requerimento protocolado.

Esta Portaria entra em vigor nesta data, revogando-se as disposições em contrário.

Publique-se, registre-se e comunique-se.

Fernando Oliveira Ledoux
Diretor Presidente do SAMAE

PORTARIA SAMAE N.º 008, de 11 de fevereiro de 2016.

FERNANDO OLIVEIRA LEDOUX, DIRETOR-PRESIDENTE do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto – SAMAE, de São Francisco do Sul, no uso de suas atribuições,

RESOLVE:

REAJUSTAR, o valor do Auxílio Alimentação de R\$ 490,10 (quatrocentos e noventa reais e dez centavos) para R\$ 545,38 (quinhentos e quarenta e cinco reais e trinta e oito centavos), conforme Lei nº 750/2009, de acordo com INPC do IBGE, compreendida entre Janeiro/2015 a Dezembro/2015, achando-se o valor de 11,28%, a partir de Fevereiro/2016, valendo até Janeiro/2017.

Esta Portaria entra em vigor nesta data, revogando-se as disposições em contrário.

Publique-se, registre-se e comunique-se.

Fernando Oliveira Ledoux
Diretor Presidente do SAMAE

PORTARIA SAMAE N.º 009, de 11 de fevereiro de 2016.

FERNANDO OLIVEIRA LEDOUX, DIRETOR-PRESIDENTE do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto – SAMAE, de São Francisco do Sul, no uso de suas atribuições,

RESOLVE:

REAJUSTAR a Tabela de Diárias de Viagem com base no percentual de 11,28%, índice do INPC do IBGE, de acordo com a Portaria do SAMAE nº 12/01 e o Anexo Único.

Tabela com Valores de Diária dos Servidores do SAMAE:

Classificação	Diária Normal	Diárias acrescidas de:			
		50%	70%	80%	90%
Função de Direção, Chefia e Assessoramento e Cargos de Nível Superior	467,70	701,55	795,09	841,86	888,63
Funções Gratificadas, cargos de Nível Médio e de Nível Auxiliar	424,51	636,76	721,67	764,12	806,57

Nos deslocamento para as cidades abaixo, o valor da diária será acrescida da importância correspondente a:

· 90% - Brasília-DF; Manaus-AM
· 80% - São Paulo-SP; Rio de Janeiro-RJ; Recife-PE; Belo Horizonte-BH; Porto Alegre-RS; Belém-PA e Salvador-BA.
· 70% - Deslocamento para as demais capitais.
· 50% - Deslocamento para as demais cidades com mais de 200.000 habitantes.

Esta Portaria tem efeito a partir da data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Publique-se, registre-se e comunique-se.

Fernando Oliveira Ledoux
Diretor Presidente do SAMAE

PORTARIA SAMAE N.º 010, de 31 de março 2016.

FERNANDO OLIVEIRA LEDOUX, DIRETOR-PRESIDENTE do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto – SAMAE, de São Francisco do Sul, no uso de suas atribuições,

RESOLVE:

EXONERAR, a pedido, a servidora CAROLYNE GOMES ESPINDOLA, Auxiliar Administrativo, das funções gratificadas de Coordenadora das Atividades Administrativas – FGA-2 e Chefe de Recursos Humanos – FGA-4, a partir de 31 de março de 2016.

Esta Portaria entra em vigor nesta data, revogando-se as disposições em contrário.

Publique-se, registre-se e comunique-se.

Fernando Oliveira Ledoux
Diretor Presidente do SAMAE

PORTARIA SAMAE N.º 011, de 31 de março 2016.

FERNANDO OLIVEIRA LEDOUX, DIRETOR-PRESIDENTE do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto – SAMAE, de São Francisco do Sul, no uso de suas atribuições,

RESOLVE:

EXONERAR, a pedido, a servidora KAROLINE D'ÁVILA PACHECO, Auxiliar Administrativo, da função gratificada de Chefe de Compras e Licitações, a partir de 31 de março de 2016.

Esta Portaria entra em vigor nesta data, revogando-se as disposições em contrário.

Publique-se, registre-se e comunique-se.

Fernando Oliveira Ledoux
Diretor Presidente do SAMAE

PORTARIA SAMAE N.º 012, de 01 de abril de 2016.

FERNANDO OLIVEIRA LEDOUX, DIRETOR-PRESIDENTE do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto – SAMAE, de São Francisco do Sul, no uso de suas atribuições,

RESOLVE:

CONCEDER INCORPORAÇÃO DE GRATIFICAÇÃO DE FUNÇÃO AO VENCIMENTO, à servidora CAROLYNE GOMES ESPINDOLA, auxiliar administrativo, P5-N2-A, de acordo com o Art. 72 e ss da Lei Complementar nº 008/2003, sendo 2/5 na Função Chefe de Recursos Humanos – FGA-4, e 1/5 na Função de Coordenadora Administrativa – FGA-2, no período constantes nas Portarias SAMAE n.º 022/2013 a 075/2015.

Esta Portaria entra em vigor nesta data, revogando-se as disposições em contrário.

Publique-se, registre-se e comunique-se.

Fernando Oliveira Ledoux
Diretor Presidente do SAMAE

PORTARIA SAMAE N.º 013, de 01 de abril de 2016.

FERNANDO OLIVEIRA LEDOUX, DIRETOR-PRESIDENTE do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto – SAMAE, de São Francisco do Sul, no uso de suas atribuições,

RESOLVE:

CONCEDER INCORPORAÇÃO DE GRATIFICAÇÃO DE FUNÇÃO AO VENCIMENTO, à servidora KAROLINE D'ÁVILA PACHECO, auxiliar administrativo, P5-N2-A, de acordo com o Art. 72 e ss da Lei Complementar nº 008/2003, sendo 3/5 na Função Chefe de Recursos Humanos – FGA-4, no período constantes nas Portarias SAMAE n.º 063/2012, 087/2013 e 145/2013.

Esta Portaria entra em vigor nesta data, revogando-se as disposições em contrário.

Publique-se, registre-se e comunique-se.

Fernando Oliveira Ledoux
Diretor Presidente do SAMAE

PORTARIA SAMAE N.º 014, de 04 de Abril de 2016.

FERNANDO OLIVEIRA LEDOUX, DIRETOR-PRESIDENTE do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto – SAMAE, de São Francisco do Sul, no uso de suas atribuições,

RESOLVE:

1º INDICAR a servidora CAROLYNE GOMES ESPINDOLA, auxiliar administrativo, matrícula 93, para exercer a Função Gratificada de Coordenador das Atividades Administrativas – FGA-2.

Esta Portaria entra em vigor nesta data, revogando-se as disposições em contrário.

Publique-se, registre-se e comunique-se.

Fernando Oliveira Ledoux
Diretor Presidente do SAMAE

PORTARIA SAMAE N.º 015, de 04 de Abril de 2016.

FERNANDO OLIVEIRA LEDOUX, DIRETOR-PRESIDENTE do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto – SAMAE, de São Francisco do Sul, no uso de suas atribuições,

RESOLVE:

1º INDICAR a servidora KAROLINE D'ÁVILA PACHECO, auxiliar administrativo, matrícula 117, para exercer a Função Gratificada de Chefe de Compras e Licitações – FGA-4.

Esta Portaria entra em vigor nesta data, revogando-se as disposições em contrário.

Publique-se, registre-se e comunique-se.

Fernando Oliveira Ledoux
Diretor Presidente do SAMAE

PORTARIA SAMAE N.º 016, de 06 de junho de 2016.

FERNANDO OLIVEIRA LEDOUX, DIRETOR-PRESIDENTE do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto – SAMAE, de São Francisco do Sul, no uso de suas atribuições,

RESOLVE:

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO, de acordo com o caput do art. 89 da Lei Complementar n.º 008/2003, ao servidor MAURÍCIO JOSÉ DA COSTA, ocupante do cargo de Leiturista, matrícula 112, por 45 (quarenta e cinco) dias, no período de 06/06/2016 à 20/07/2016, conforme requerimento protocolado.

Esta Portaria entra em vigor nesta data, revogando-se as disposições em contrário.

Publique-se, registre-se e comunique-se.

Fernando Oliveira Ledoux
Diretor Presidente do SAMAE

PORTARIA SAMAE N.º 017, de 17 de junho de 2016.

FERNANDO OLIVEIRA LEDOUX, DIRETOR-PRESIDENTE do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto – SAMAE, de São Francisco do Sul, no uso de suas atribuições,

RESOLVE:

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO, de acordo com o caput do art. 89 da Lei Complementar n.º 008/2003, à servidora TANIA STEIN DE SOUZA, ocupante do cargo de Operadora de ETA/ETE, matrícula 100, por 45 (quarenta e cinco) dias, no período de 17/06/2016 à 31/07/2016, conforme requerimento protocolado.

Esta Portaria entra em vigor nesta data, revogando-se as disposições em contrário.

Publique-se, registre-se e comunique-se.

Fernando Oliveira Ledoux
Diretor Presidente do SAMAE

PORTARIA SAMAE N.º 018, de 29 de junho 2016.

FERNANDO OLIVEIRA LEDOUX, DIRETOR-PRESIDENTE do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto – SAMAE, de São Francisco do Sul, no uso de suas atribuições,

RESOLVE:

EXONERAR, a pedido, o servidor RICARDO MACHADO CARDOSO, auxiliar de operações, matrícula 128, da função gratificada de Chefe de Faturamento – FGA-4, a partir de 29 de junho de 2016.

Esta Portaria entra em vigor nesta data, revogando-se as disposições em contrário.

Publique-se, registre-se e comunique-se.

Fernando Oliveira Ledoux
Diretor Presidente do SAMAE

PORTARIA SAMAE N.º 019, de 29 de Junho de 2016.

FERNANDO OLIVEIRA LEDOUX, DIRETOR-PRESIDENTE do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto – SAMAE, de São Francisco do Sul, no uso de suas atribuições,

RESOLVE:

INDICAR o servidor MURILO AMORIM, encanador, matrícula 88, para exercer a Função Gratificada de Chefe de Faturamento – FGA-4.

Esta Portaria entra em vigor nesta data, revogando-se as disposições em contrário.

Publique-se, registre-se e comunique-se.

Fernando Oliveira Ledoux
Diretor Presidente do SAMAE

PORTARIA SAMAE N.º 020, de 18 de julho de 2016.

FERNANDO OLIVEIRA LEDOUX, DIRETOR-PRESIDENTE do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto – SAMAE, de São Francisco do Sul, no uso de suas atribuições,

RESOLVE:

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO, de acordo com o caput do art. 89 da Lei Complementar n.º 008/2003, à servidora MARCIO MOISÉS DA TRINDADE, ocupante do cargo de Encanador, matrícula 119, por 90 (noventa) dias, no período de 18/07/2016 à 15/10/2016, conforme requerimento protocolado.

Esta Portaria entra em vigor nesta data, revogando-se as disposições em contrário.

Publique-se, registre-se e comunique-se.

Fernando Oliveira Ledoux
Diretor Presidente do SAMAE

PORTARIA SAMAE N.º 021, de 08 de agosto de 2016.

FERNANDO OLIVEIRA LEDOUX, DIRETOR-PRESIDENTE do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto – SAMAE, de São Francisco do Sul, no uso de suas atribuições,

RESOLVE:

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO, de acordo com o caput do art. 89 da Lei Complementar n.º 008/2003, à servidora LUCINIR MARIA DO NASCIMENTO AMORIM, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, matrícula 29, por 90 (noventa) dias, no período de 08/08/2016 à 05/11/2016, conforme requerimento protocolado.

Esta Portaria entra em vigor nesta data, revogando-se as disposições em contrário.

Publique-se, registre-se e comunique-se.

Fernando Oliveira Ledoux
Diretor Presidente do SAMAE

PORTARIA SAMAE N.º 022, de 01 de setembro de 2016.

FERNANDO OLIVEIRA LEDOUX, DIRETOR-PRESIDENTE do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto – SAMAE, de São Francisco do Sul, no uso de suas atribuições,

RESOLVE:

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO, de acordo com o caput do art. 89 da Lei Complementar n.º 008/2003, ao servidor HILTON RODRIGO SCHETZ, ocupante do cargo de Leiturista, matrícula 41, por 180 (cento e oitenta) dias, no período de 01/09/2016 a 27/02/2017, conforme requerimento protocolado.

Esta Portaria entra em vigor nesta data, revogando-se as disposições em contrário.

Publique-se, registre-se e comunique-se.

Fernando Oliveira Ledoux
Diretor Presidente do SAMAE

PORTARIA SAMAE N.º 023, de 23 setembro de 2016.

FERNANDO OLIVEIRA LEDOUX, DIRETOR-PRESIDENTE do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto – SAMAE, de São Francisco do Sul, no uso de suas atribuições,

RESOLVE:

INTERROMPER as férias do servidor FABRICIO BREHNN MARTINS, contador, matrícula 123, a partir do dia 23/09/2016, por motivo de excepcional interesse público. Os dias remanescentes serão gozados a partir do dia 02/01/2017.

Esta Portaria entra em vigor nesta data, revogando-se as disposições em contrário.

Publique-se, registre-se e comunique-se.

Fernando Oliveira Ledoux
Diretor Presidente do SAMAE

PORTARIA SAMAE N.º 024, de 17 de outubro de 2016.

FERNANDO OLIVEIRA LEDOUX, DIRETOR-PRESIDENTE do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto – SAMAE, de São Francisco do Sul, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

INTERROMPER as férias da servidora CAROLYNE GOMES ESPINDOLA, auxiliar administrativo, matrícula 93, a partir do dia 17/10/2016, por motivo de excepcional interesse público. Os dias remanescentes serão gozados em data a ser previamente agendada.

Esta Portaria entra em vigor nesta data, revogando-se as disposições em contrário.

Publique-se, registre-se e comunique-se.

Fernando Oliveira Ledoux
Diretor Presidente do SAMAE

PORTARIA SAMAE N.º 025, de 31 de outubro de 2016.

FERNANDO OLIVEIRA LEDOUX, DIRETOR-PRESIDENTE do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto – SAMAE, de São Francisco do Sul, no uso de suas atribuições,

RESOLVE:

EXONERAR, a pedido, o servidor ADILSON RADASKIEWICZ WISNIEWSKI, ocupante do cargo de encanador, da Função Gratificada de Chefe de Frotas, a partir do dia 31 de outubro de 2016.

Esta Portaria entra em vigor nesta data, revogando-se as disposições em contrário.

Publique-se, registre-se e comunique-se.

Fernando Oliveira Ledoux
Diretor Presidente do SAMAE

PORTARIA SAMAE N.º 026, de 31 de outubro de 2016.

FERNANDO OLIVEIRA LEDOUX, DIRETOR-PRESIDENTE do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto – SAMAE, de São Francisco do Sul, no uso de suas atribuições,

RESOLVE:

EXONERAR, a pedido, o servidor RICARDO MACHADO CARDOSO, ocupante do cargo de auxiliar de operações, da Função Gratificada de Coordenador das Atividades Técnicas, a partir do dia 31 de outubro de 2016.

Esta Portaria entra em vigor nesta data, revogando-se as disposições em contrário.

Publique-se, registre-se e comunique-se.

Fernando Oliveira Ledoux
Diretor Presidente do SAMAE

PORTARIA SAMAE N.º 027, de 01 de novembro de 2016.

FERNANDO OLIVEIRA LEDOUX, DIRETOR-PRESIDENTE do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto – SAMAE, de São Francisco do Sul, no uso de suas atribuições,

RESOLVE:

CONCEDER INCORPORAÇÃO DE GRATIFICAÇÃO DE FUNÇÃO AO VENCIMENTO, ao servidor ADILSON RADASKIEWICZ WISNIEWSKI, encanador, de acordo com o Art. 72 e ss da Lei Complementar nº 008/2003, sendo 3/5 na Função Chefe de Frotas – FGA-3, no período constantes nas Portarias SAMAE n.º 096/2009 e 106/2013.

Esta Portaria entra em vigor nesta data, revogando-se as disposições em contrário.

Publique-se, registre-se e comunique-se.

Fernando Oliveira Ledoux
Diretor Presidente do SAMAE

PORTARIA SAMAE N.º 028, de 01 de novembro de 2016.

FERNANDO OLIVEIRA LEDOUX, DIRETOR-PRESIDENTE do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto – SAMAE, de São Francisco do Sul, no uso de suas atribuições,

RESOLVE:

CONCEDER INCORPORAÇÃO DE GRATIFICAÇÃO DE FUNÇÃO AO VENCIMENTO, ao servidor RICARDO MACHADO CARDOSO, auxiliar de operações, de acordo com o Art. 72 e ss da Lei Complementar nº 008/2003, sendo 3/5 na Função Coordenador das Atividades Técnicas – FGA-2, no período constantes na Portaria SAMAE n.º 035/2013.

Esta Portaria entra em vigor nesta data, revogando-se as disposições em contrário.

Publique-se, registre-se e comunique-se.

Fernando Oliveira Ledoux
Diretor Presidente do SAMAE

PORTARIA SAMAE N.º 029, de 03 de novembro de 2016.

FERNANDO OLIVEIRA LEDOUX, DIRETOR-PRESIDENTE do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto – SAMAE, de São Francisco do Sul, no uso de suas atribuições,

RESOLVE:

INDICAR o servidor ADILSON RADASKIEWICZ WISNIEWSKI, encanador, matrícula 91, para exercer a Função Gratificada de Chefe de Frotas – FGA-3.

Esta Portaria entra em vigor nesta data, revogando-se as disposições em contrário.

Publique-se, registre-se e comunique-se.

Fernando Oliveira Ledoux
Diretor Presidente do SAMAE

PORTARIA SAMAE N.º 030, de 03 de novembro de 2016.

FERNANDO OLIVEIRA LEDOUX, DIRETOR-PRESIDENTE do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto – SAMAE, de São Francisco do Sul, no uso de suas atribuições,

RESOLVE:

INDICAR o servidor RICARDO MACHADO CARDOSO, auxiliar de operações, matrícula 128, para exercer a Função Gratificada de Coordenador das Atividades Técnicas – FGA-2.

Esta Portaria entra em vigor nesta data, revogando-se as disposições em contrário.

Publique-se, registre-se e comunique-se.

Fernando Oliveira Ledoux
Diretor Presidente do SAMAE

EXPEDIENTE

Boletim Oficial de São Francisco do Sul Criado através da Lei Municipal nº 795, de 17 de novembro de 1982 | **Produção** Assessoria de Comunicação da Prefeitura Municipal de São Francisco do Sul | **Endereço** Praça Getúlio Vargas, 01. Centro. São Francisco do Sul. Cep 89240-000 | **Telefone** 47/3471-2222 | **E-mail** imprensa@saofranciscodosul.sc.gov.br | **Homepage** www.saofranciscodosul.sc.gov.br

Como publicar atos no BOSFS Atos Oficiais da administração direta e indireta da PMSFS devem ser encaminhados para publicação no Boletim Oficial de SFS diretamente à Assessoria de Comunicação. Os atos devem ser enviados por meio eletrônico ao e-mail imprensa@saofranciscodosul.sc.gov.br em um único arquivo, **em formato .doc (word)**, contendo apenas texto, sem qualquer tipo de imagem, como escudo, logotipo, símbolo ou assinatura. O prazo para aproveitamento na edição da mesma semana vão **até as 12h das sextas-feiras**.

Prefeitura Municipal de São Francisco do Sul